

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODEFAT

Data: 28 de junho de 2011.

Local: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Luigi Nese, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS; Carlo Roberto Simi, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MF; Remígio Todeschini, Conselheiro Suplente Representante do MPS; Renato Antônio Henz, Conselheiro Suplente Representante do MAPA; João Luiz Guadagnin, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Paulo Libergott, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; José Gabriel Teixeira dos Santos, Conselheiro Titular Representante da NCST; Joflson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; Ubiraci Dantas de Oliveira, Conselheiro Titular Representante da CGTB; Otávio Vieira da Cunha Filho, Conselheiro Titular Representante da CNT; e, Plínio Sarti, Conselheiro Suplente Representante da CNTur. **Convidados:** Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; e, Luiz Cláudio Romanelli, Representante do FONSET.

1 Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e onze, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho e Emprego - MTE, teve início a Sexagésima Reunião Extraordinária do Conselho
3 Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, sob a presidência do Conselheiro
4 Titular Representante da CNS, Sr. Luigi Nese. **I - ABERTURA.** O Presidente saudou a todos, deu
5 as boas vindas ao Sr. Luiz Cláudio Romanelli, Secretário Estadual do Trabalho do Paraná e, em
6 seguida, passou a palavra ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Roberto Lupi.
7 O Ministro ressaltou as dificuldades decorrentes dos cortes efetuados pela Secretaria de Orçamento
8 Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP nas propostas
9 orçamentárias do FAT anteriores, sugerindo aos Conselheiros uma visita formal ao MP para uma
10 apresentação técnica do Orçamento do Fundo, que seria objeto de deliberação na presente reunião.
11 Destacou a implantação do Sistema Mais Emprego, que depois de finalizado permitiria ao
12 trabalhador uma colocação e/ou recolocação no mercado de trabalho de forma mais célere,
13 reduzindo assim o dispêndio com pagamento de seguro-desemprego. Relatou a intenção do MTE de
14 promover futuramente a capacitação de todos os trabalhadores que buscavam o seguro-desemprego,
15 observando a importância do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –
16 PRONATEC para aumentar a oferta de qualificação profissional. O Ministro finalizou, agradecendo
17 ao CODEFAT pela colaboração que vinha dando à população brasileira, ressaltando que os

18 benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial atingiriam cerca de 23,5 milhões de
19 trabalhadores no exercício de 2011. O Presidente agradeceu a presença do Ministro e, em seguida,
20 abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular Representante da CUT, Sr. Quintino
21 Marques Severo, manifestou o compromisso de ajudar na aprovação do Orçamento do FAT na
22 forma deliberada pelo CODEFAT, acrescentando que considerava necessária uma ampla
23 divulgação do Sistema Mais Emprego para a sociedade. O Ministro observou que o Sistema não se
24 encontrava totalmente integrado, de modo que a divulgação, nessas condições, poderia levar a uma
25 grande busca pelos usuários, o que poderia frustrar alguns cidadãos em razão de ainda haver
26 algumas limitações técnicas, declarando que o MTE promoveria ampla divulgação do Sistema para
27 a sociedade brasileira assim que estivesse completamente integrado. O Conselheiro Titular
28 Representante da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite, observou que em outras ocasiões o
29 CODEFAT havia tentado, sem êxito, defender o Orçamento do FAT, registrando que considerava
30 um passo positivo buscar junto ao MP, com antecedência, a defesa da proposta orçamentária do
31 FAT. Apontou a necessidade de se realizar no CODEFAT um debate sobre o PRONATEC, de
32 modo que os Conselheiros pudessem conhecer melhor o Programa. O Ministro ressaltou que o
33 PRONATEC ainda era um projeto de lei, e como tal dependia de aprovação do Congresso Nacional,
34 afirmando que após aprovado seria objeto de apresentação ao CODEFAT. O Representante do
35 FONSET, Sr. Luiz Cláudio Romanelli, manifestou preocupação com os cortes efetuados pela
36 SOF/MP nos orçamentos do FAT, o que prejudicava a política de emprego, trabalho e renda.
37 Afirmou que todos os projetos de combate à pobreza efetuados pelo Governo Federal deveriam
38 passar pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, o qual precisava ser reestruturado e
39 modernizado, ressaltando que o cofinanciamento do Sistema era feito pelos estados, razão pela qual
40 questionavam o modelo de municipalização que vinha sendo adotado pelo MTE. Apresentou, em
41 nome do FONSET, reivindicação de no mínimo dobrar os recursos para a intermediação de mão de
42 obra, visando o reaparelhamento, a modernização e o fortalecimento do Sistema Nacional de
43 Emprego – SINE, haja vista que se tratava da porta de acesso do trabalhador ao mercado de
44 trabalho. O Presidente aproveitou a oportunidade para solicitar o apoio do FONSET, e de todos os
45 governadores, no sentido de defender o Orçamento do FAT, convidando-os para a visita que seria
46 agendada junto a Titular daquela Pasta Ministerial. O Conselheiro Titular Representante da CGTB,
47 Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, manifestou que considerava importante essa visita antecipada ao MP
48 visando à defesa do Orçamento do FAT. Relatou preocupação com indicações de novas
49 privatizações, citando o caso dos aeroportos, acrescentando que isso implicaria em grandes
50 prejuízos para a sociedade brasileira. Enfatizou a importância do Ministro Lupi na defesa dos
51 trabalhadores, parabenizando-o por sua atuação à frente do MTE. O Conselheiro Titular
52 Representante da CTB, Sr. Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, observou que o Orçamento do

53 FAT indicava alta rotatividade de mão de obra, ressaltando o grande esforço do CODEFAT e dos
54 técnicos do MTE no sentido de demonstrar ao MP a importância da manutenção dos recursos
55 aprovados pelo CODEFAT para a qualificação profissional. O Conselheiro Suplente Representante
56 da CNTur, Sr. Plínio Sarti, registrou apoio à proposta de visita ao MP para defesa do Orçamento do
57 FAT, afirmando que o crescimento econômico demandava investimentos em qualificação
58 profissional. O Conselheiro Titular Representante da NCST, Sr. José Gabriel Texeira dos Santos,
59 apontou que o MTE deveria observar com cuidado o planejamento dos cursos de qualificação
60 profissional no intuito de atender as demandas locais, manifestando apoio à visita ao MP. O
61 Ministro discordou do posicionamento do FONSET a respeito da municipalização, observando que
62 a transferência de recursos diretamente para os municípios apenas eliminava a intermediação do
63 estado, pois os recursos deveriam ser encaminhados tanto aos estados quanto aos municípios. O
64 Ministro finalizou sua participação, discorrendo sobre a necessidade de evolução do SINE,
65 destacando a falta de maior cruzamento de informações para colocação e/ou recolocação do
66 trabalhador, o que esperava resolver com o Sistema Mais Emprego. Na sequência, o Presidente
67 passou ao **II – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 1 - Proposta de Resolução que**
68 **disciplina o pagamento do Abono Salarial referente ao exercício de 2011/2012.** O
69 Coordenador-Substituto da Coordenação do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial –
70 CSDAS/CGSAP/DES/SPPE/MTE, Sr. Márcio Ubiratan Britto Jardim, informou que as estimativas
71 apontavam para o crescimento de 6% no número de trabalhadores identificados com direito ao
72 benefício do Abono Salarial em relação ao exercício atual (2010/2011), devendo alcançar no
73 exercício 2011/2012 a marca de 19,6 milhões de beneficiários com o dispêndio de R\$10,7 bilhões
74 para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Relatou que o pagamento do PIS (Caixa
75 Econômica Federal) seria processado no período de 11/08/2011 a 29/06/2012 e do PASEP (Banco
76 do Brasil) no período de 10/08/2011 a 29/06/2012. Ressaltou o empenho do MTE e dos agentes
77 pagadores no sentido de atingir o máximo de trabalhadores, envidando-se todos os esforços para
78 localizar os beneficiários, observando que os dados apontavam taxa de cobertura de cerca de 93%
79 para o exercício 2010/2011. O Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly,
80 ratificou o esforço do MTE, e do CODEFAT, no sentido de disponibilizar o Abono Salarial para os
81 trabalhadores com a maior brevidade possível. O Presidente indagou se havia alguma manifestação,
82 em não havendo, considerou aprovado o Item em tela. Em seguida, passou ao **ITEM 2 – Proposta**
83 **de Resolução que aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador –**
84 **FAT para o exercício de 2012.** O Titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT –
85 CGFAT/SPOA/SE/MTE, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, esclareceu que a elaboração da
86 Proposta Orçamentária do FAT se baseava nas informações das Unidades do MTE que tinham
87 ações custeadas com recursos do Fundo, as quais eram consolidadas pela Coordenação-Geral de

88 Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC/SPOA/SE/MTE, destacando que após sua
89 aprovação pelo CODEFAT, o Ministério encaminharia a proposta em referência à SOF/MP.
90 Explicou que os valores da proposta em tela haviam sido estimados a partir de parâmetros da
91 Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF para o exercício de 2012, a
92 saber: i) Taxa de Inflação - 4,5%; ii) Taxa TJLP - 6%; iii) Taxa SELIC – 11,49%; iv) Salário
93 Mínimo – R\$619,21; e, v) Taxa de Crescimento do PIB – 5,0%. O Coordenador-Geral da CGFAT
94 informou que as obrigações do FAT somariam R\$58,76 bilhões, cuja distribuição, por Tipo de
95 Despesa, apresentava os seguintes valores: i) Inversões Financeiras, representada pelos
96 empréstimos constitucionais ao BNDES – R\$17,56 bilhões; ii) Despesas Obrigatórias –
97 R\$38,53 bilhões; e, iii) Despesas Discricionárias – R\$2,67 bilhões. Registrou que as Despesas
98 Discricionárias, no montante de R\$2,67 bilhões, apresentavam a seguinte distribuição: i)
99 Qualificação Social e Profissional – R\$1,37 bilhão; ii) SINE – R\$615,30 milhões; iii) Gestão da
100 Política de Trabalho, Emprego e Renda – R\$318,46 milhões; iv) Apoio Operacional do Seguro-
101 Desemprego e Abono Salarial – R\$197,48 milhões; v) Identificação do Trabalhador – R\$81,44
102 milhões; vi) Publicidade de Utilidade Pública – R\$37,50 milhões; vii) Gestão da Integração de
103 Políticas Públicas – R\$17,85 milhões; viii) Sistemas Corporativos – R\$16,19 milhões; ix)
104 Microcrédito Produtivo Orientado – R\$7,45 milhões; x) Gestão do PROGER – R\$2,39 milhões;
105 e, xi) Erradicação do Trabalho Escravo – R\$40,00 mil. Relatou que o valor das obrigações
106 (despesas + empréstimos ao BNDES) no exercício de 2012 (R\$58,76 bilhões) superaria em
107 20,8% o valor aprovado pelo CODEFAT em 2011 (R\$48,64 bilhões), e em 34,0% o valor
108 aprovado na Lei Orçamentária Anual para o exercício 2011 - LOA/2011 (R\$43,85 bilhões).
109 Declarou que o MTE estimava receitas no montante de R\$57,07 bilhões, conforme a seguir: I)
110 Contribuição PIS/PASEP – R\$43,89 bilhões; II) Receitas de Remunerações - R\$12,56 bilhões;
111 III) Cota Parte da Contribuição Sindical – R\$325,81 milhões; IV) Restituição de Benefícios não
112 Desembolsados e/ou Outras Receitas Patrimoniais – R\$223,82 milhões; V) Restituição de
113 Convênios – R\$36,75 milhões; e, VI) Multas e Juros Devidas ao FAT – R\$32,90 milhões.
114 Explicou que a partir das projeções em tela o FAT apresentaria, no exercício de 2012, resultado
115 econômico superavitário de R\$15,87 bilhões (receitas de R\$57,07 bilhões menos despesas de
116 R\$41,20 bilhões), no entanto, devido à obrigatoriedade constitucional de repasse de 40% ao
117 BNDES (R\$17,56 bilhões), seria necessário solicitar ao Tesouro Nacional o aporte de R\$1,69
118 bilhão de modo a permitir ao Fundo cumprir todas as suas obrigações. O Coordenador-Geral da
119 CGFAT finalizou, observando que a estimativa de receitas apresentada já deixava de considerar
120 a incidência da Desvinculação de Receitas da União - DRU, a qual teria seu prazo de vigência
121 expirado ao final do presente exercício, ressaltando que uma eventual prorrogação da mesma
122 implicaria em necessidade de um aporte maior de recursos por parte do Tesouro Nacional para

123 igualar as receitas e obrigações do FAT. O Presidente abriu as inscrições para manifestação e, em
124 seguida, convidou a Sra. Eliette de Souza Vilela para tomar assento à mesa como Representante do
125 FONSET, haja vista que o Sr. Luiz Cláudio Romanelli precisou se retirar para atender outro
126 compromisso. O Conselheiro Suplente Representante do MF, Sr. Manoel Joaquim de Carvalho
127 Filho, informou que se encontrava na Presidência da República uma minuta de exposição de
128 motivos solicitando a prorrogação da DRU, a qual deveria ser encaminhada ao Congresso Nacional,
129 razão pela qual sugeriu que a presente proposta orçamentária levasse em consideração a
130 continuidade da incidência da DRU sobre as receitas do PIS/PASEP, acrescentando que as análises
131 de perspectivas para 2012 sinalizavam dificuldades de integralização do Orçamento do FAT na
132 fonte 100 (Tesouro Nacional). O Presidente observou que essas duas informações apresentadas pelo
133 MF criariam dificuldades para viabilizar a presente proposta orçamentária. O Conselheiro da CUT
134 declarou que considerava coerente a proposta orçamentária do FAT para 2012, não obstante as
135 dificuldades de sua aprovação final pela SOF/MP, solicitando esclarecimentos quanto ao processo
136 de fiscalização do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal - SDPA, haja vista o crescimento do
137 dispêndio com essa rubrica a cada exercício. O Secretário-Executivo do CODEFAT relatou que o
138 MTE vinha trabalhando no sentido de melhorar as condições para habilitação do SDPA, destacando
139 que houve avanços no ano em curso a partir da disponibilização de um cadastro de pescadores por
140 parte do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, o que estava permitindo um melhor controle
141 sobre essa ação, acrescentando que com isso o Ministério esperava estabilizar, ou até mesmo
142 reduzir o número de beneficiários atendidos pelo SDPA. O Conselheiro da Força Sindical declarou
143 que lutaria pela aprovação do Orçamento do FAT conforme apresentado pelo MTE, indagando se o
144 valor de R\$135,0 milhões para as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE
145 considerava a real necessidade de funcionamento das mesmas, ao que o Coordenador-Geral da
146 CGFAT explicou que a proposta se baseava em valores informados pelas próprias
147 Superintendências, tendo-se a expectativa de melhorias das suas estruturas operacionais. O
148 Conselheiro Suplente Representante do MPS, Sr. Remígio Todeschini, manifestou solidariedade
149 com a preocupação do FONSET em relação aos recursos para os estados, haja vista o
150 estrangulamento de recursos para operacionalização do Sistema Público de Emprego, Trabalho e
151 Renda, sugerindo a inversão dos valores constantes da proposta orçamentária em tela para os Planos
152 Territoriais de Qualificação – PlanTeQs (R\$550,0 milhões) e Planos Setoriais de Qualificação –
153 PlanSeQs (R\$756,3 milhões), de modo que os PlanTeQs passassem a contar com maior montante
154 de recursos. O Presidente manifestou preocupação com o aumento do dispêndio relativo ao SDPA,
155 ressaltando que o pescador artesanal deveria ser atendido pelo MPA, ou então pelo Tesouro
156 Nacional, e não pelo FAT, haja vista que não se tratava de desemprego, mas sim de impedimento
157 do exercício de atividade profissional durante determinado período do ano. O Conselheiro Suplente

158 Representante do BNDES, Sr. Paulo Libergott, ponderou que seria importante esboçar uma
159 proposta orçamentária considerando a incidência da DRU, de modo a dimensionar de quanto seria a
160 diferença entre as receitas e as obrigações do FAT, a fim de discutir com a SOF/MP as suas
161 implicações nas contas do Fundo. O Conselheiro da CGTB apontou a necessidade de uma
162 mobilização junto ao Congresso Nacional a fim de evitar a prorrogação da DRU, observando que
163 esse instrumento tinha por objetivo aumentar o superávit primário do Governo Federal,
164 acrescentando que todos deveriam lutar para aprovar o orçamento do FAT conforme apresentado
165 pelo MTE, não sendo admissíveis os cortes que vinham sendo sistematicamente efetuados pela
166 SOF/MP. O Presidente observou que o MTE não poderia apresentar dois documentos à SOF/MP,
167 sugerindo a aprovação da proposta orçamentária do FAT na forma exposta pelo MTE, com um
168 estudo complementar relatando o impacto nas contas do Fundo no caso de ser aprovada a
169 prorrogação da DRU. O Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do
170 MTE, Sr. Carlo Roberto Simi, declarou que a distribuição de recursos entre os PlanTeQs e os
171 PlanSeQs se encontrava rigorosamente de acordo com os normativos estabelecidos pelo
172 CODEFAT, ponderando que não importava para quem seriam destinados os recursos, mas sim que
173 fossem devidamente aplicados pelos estados e municípios no atendimento às demandas da
174 população por qualificação profissional. O Conselheiro do MPS declarou voto a favor do aumento
175 global do orçamento, observando que PlanTeQ deveria ter maior volume de recursos do que
176 PlanSeQ. A Representante do FONSET, Sra. Elietti de Souza Vilela, esclareceu que o Fórum não se
177 posicionava contrário ao repasse de recursos diretamente aos municípios, mas que considerava
178 necessário um redesenho do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda estabelecendo as
179 obrigações da União, dos estados e dos municípios quanto à questão do cofinanciamento. O
180 Conselheiro da Força Sindical registrou que sua entidade apoiava todas as iniciativas de se
181 intensificar a fiscalização na concessão do SDPA, no entanto, considerava um equívoco deixar de
182 tratar os pescadores como trabalhadores, enfatizando o esforço do governo no sentido de trazer todo
183 mundo para a formalidade. O Presidente propôs que a diferença negativa entre receitas e obrigações
184 passasse da *Fonte 100 (Recursos Ordinários)* para *Fonte 105 (Recursos a Definir)*, ao que o
185 Coordenador-Geral da CGFAT informou que providenciaria a referida alteração. O Presidente
186 indagou se havia mais alguma observação, em não havendo, considerou aprovada a Proposta
187 Orçamentária do FAT para o exercício de 2012, registrando a manifestação do Conselheiro do MPS
188 em defesa de montante de recursos para PlanTeQs maior do que para PlanSeQs, e do Conselheiro
189 do MF no sentido de que o orçamento já previsse a incidência da DRU, haja vista a sua provável
190 prorrogação. Em seguida, passou ao **ITEM 3 – Proposta de Resolução que aprova a distribuição**
191 **de recursos para o exercício de 2011 no âmbito dos Planos Territoriais de Qualificação –**
192 **PlanTeQs, que consiste em modalidade de operacionalização do Plano Nacional de**

193 **Qualificação – PNQ.** A Titular do Departamento de Qualificação – DEQ/SPPE/MTE, Sra. Ana
194 Paula da Silva, explicou que a distribuição de recursos dos PlanTeQs atendia ao disposto no art. 25
195 da Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, que assim estabelecia: *Após a ponderação dos*
196 *percentuais estabelecidos nos art. 23 e art. 24 desta Resolução, a proposta de distribuição dos*
197 *recursos a serem destinados aos PlanTeQs será elaborada pelo MTE e aprovada pelo CODEFAT.*
198 Declarou que os recursos para os PlanTeQs seriam distribuídos conforme a seguir: i) Unidades da
199 Federação – R\$32,55 milhões; e, ii) Municípios com Convênio Plurianual Único - CPU – R\$16,2
200 milhões. A Diretora do DEQ finalizou, esclarecendo que a aprovação de valores para entidades
201 privadas sem fins lucrativos decorreria de procedimento de chamada pública de parcerias, em
202 cumprimento à Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, razão pela qual não caberia
203 a aprovação de distribuição de recursos entre as mencionadas entidades. O Presidente indagou se
204 havia alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em tela.
205 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por
206 encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly,
207 Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo
208 Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

LUIGI NESE
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNS

CARLO ROBERTO SIMI
Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO
Conselheiro Suplente Representante do MF

REMÍGIO TODESCHINI
Conselheiro Suplente Representante do MPS

RENATO ANTÔNIO HENZ
Conselheiro Suplente Representante do MAPA

JOÃO LUIZ GUADAGNIN
Conselheiro Suplente Representante do MDA

Continuação da Ata da 60ª Reunião Extraordinária do CODEFAT

PAULO LIBERGOTT
Conselheiro Suplente Representante do BNDES

QUINTINO MARQUES SEVERO
Conselheiro Titular Representante da CUT

SÉRGIO LUIZ LEITE
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

JOSÉ GABRIEL TEXEIRA DOS SANTOS
Conselheiro Titular Representante da NCST

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da CTB

UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA
Conselheiro Titular Representante da CGTB

OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO
Conselheiro Titular Representante da CNT

PLÍNIO SARTI
Conselheiro Suplente Representante da CNTur
